


Alexandra Esteves (coord.)

Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)

Landscapes
Heritage &
Territory
Collection

Coleção
Paisagens
Património &
Território



Homens, Instituições e Políticas
(séculos XVI-XX)

Alexandra Esteves (coord.)

7	Introdução Alexandra Esteves	154	Enfermeiros e enfermeiras nos hospitais portugueses dos séculos XVIII e XIX: Continuidades e ruturas Maria Antónia Lopes
12	Pobres vestidos de preto: Assistência, indumentária e esmola a padres em Braga (séculos XVII-XVIII) Luís Gonçalves Ferreira	174	Exclusão Social e "loucura" feminina em Portugal em princípios do século XX: Estudos de caso Rosário Belo Francisco
32	Entre o baração e o pregão: A minoria cigana nas políticas normativas portuguesas, na Época Moderna Fábio Lopes Ferreira	184	A epidemia de gripe pneumónica pela imprensa local: O caso de Coimbra Ana Maria Diamantino Correia
44	Gafarias depois da lepra: Aproximação à história do Hospital de S. Lázaro de Coimbra na modernidade Ana Martins	198	Francisco de Paula Rodrigues Alves: O homem, o político e o sanitarista Alexandra Esteves
60	The institutionalisation of medical knowledge and its implications for official healthcare professionals in Portuguese America Laurinda Abreu	218	Alimentar os desvalidos: Os donativos em género à Associação Protectora da Infância Desvalida e dos Pobres do Lumiar (1927-1964) Raquel Caçote Raposo
92	Entre forasteiros e pobres da cidade: As escolhas assistenciais dos administradores da caridade em Évora nos séculos XVII e XVIII Rute Pardal		
102	Dotes de casamento: Exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Mangualde (séculos XVIII e XIX) Pedro J. Barbosa da Silva		
120	O Purgatório a estremecer: Capelas largadas e missas atrasadas nas confrarias das Almas de Braga (século XVIII) Maria Marta Lobo de Araújo		
144	S. Rafael, "Celestial Médico": Devoção e caridade no século XVIII em Fr. João de S. José, da Ordem Hospitaleira Maria de Fátima Reis		

Francisco de Paula Rodrigues Alves: O homem, o político e o sanitarista

Desde finais do século XVI e ao longo das centúrias seguintes, o Alto Minho, região do norte de Portugal, foi muito marcado pela emigração, cujos efeitos se fizeram sentir sobretudo nos planos económico e social. Durante muito tempo, o Brasil foi o destino predileto de quem pretendia escapar à miséria e se dispunha a partir em busca de melhor sorte¹.

Já no século XIX, acentua-se esse fluxo migratório em direção ao Brasil, para o qual contribuíram a grave crise que atingiu a agricultura, seriamente afetada pela descida dos preços dos cereais e pelas pragas que dizimaram as vinhas da região. A estes fatores podemos acrescentar outros, que também afetaram as demais partes do reino: a instabilidade política, particularmente notória na primeira metade de Oitocentos²; a pobreza crónica; o desemprego entre a população urbana e rural; as leis respeitantes aos morgados e à progenitura, que forçavam os filhos não primogénitos a emigrar em busca de melhores oportunidades de vida³. Se a partida de muitos cumpria os requisitos legais, também havia quem, para escapar ao serviço militar ou às malhas da justiça, deixasse ilegalmente o país. Muitos foragidos serviam-se de passaportes falsos, obtidos com documentos adulterados ou com nomes inventados; outros, a quem não era concedido passaporte por se acharem em idade de recrutamento, chegavam a acordo com os capitães dos navios, que os incluíam no rol dos registados e assim conseguiam abandonar o país.

Algumas iniciativas legislativas e a abolição da escravatura, em 1888, criaram condições propícias ao êxodo para o Brasil, quando o país precisava de mão-de-obra para as explorações agrícolas e para as obras públicas que iam sendo projetadas. Com o objetivo de captar imigrantes europeus, em particular alemães e italianos, foi promulgada legislação que favorecia e incentivava a sua vinda. A lei de 26 de abril de 1874, por exemplo, previa a concessão de apoio a emigrantes e a atribuição de subsídios aos proprietários agrícolas que substituíssem a mão-de-obra escrava por colonos europeus. No tempo da República, a legislação tornou a emigração ainda mais atrativa, uma vez que admitia a doação de terras, assistência médica gratuita e acesso a mecanismos assistenciais⁴.

Os emigrantes portugueses, salvo raras exceções, não tinham qualquer formação específica, eram muito pouco escolarizados ou eram mesmo analfabetos. Assim sendo, não é de estranhar que lhes fossem atribuídas as tarefas menos qualificadas e mais duras. Entre 1820 e 1907, o Brasil¹ recebeu 634 585 portugueses, que, no conjunto dos emigrantes europeus, foram ultrapassados apenas pelos italianos. Só em 1907 saíram de Portugal, rumo a terras brasileiras, 41 9950 indivíduos, essencialmente trabalhadores rurais (agricultores, trabalhadores agrícolas e jornaleiros), oriundos do Minho, das Beiras e dos Açores, as três regiões que forneciam os maiores contingentes de emigrantes⁵. [Gráfico 1]

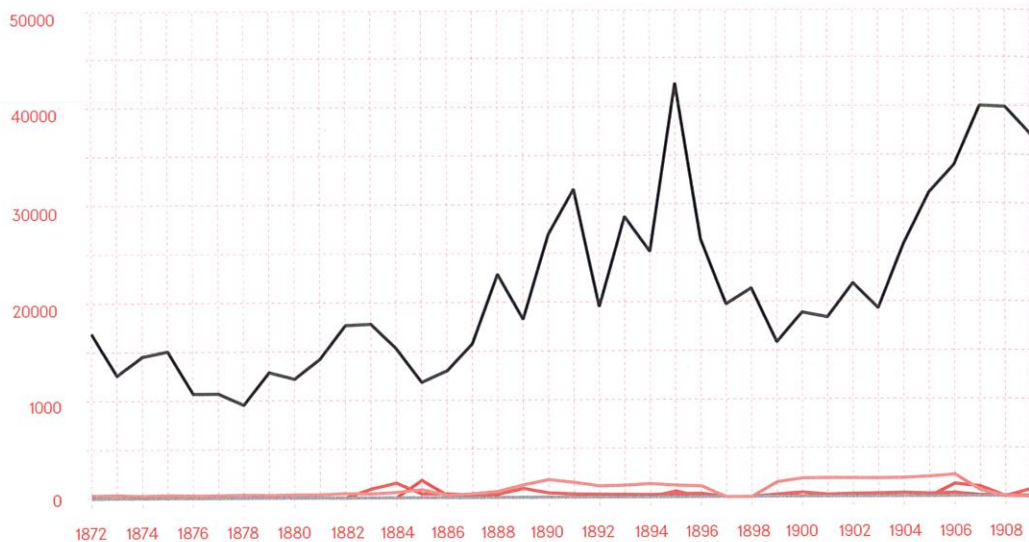


Gráfico 1
Emigração portuguesa por continente (1872-1909)

Fonte: Costa, Afonso, *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 77.

— Oceânia
— Europa
— Ásia
— África
— América

Como se pode observar no Gráfico 1, entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos de Novecentos, o continente americano era o destino preferido de quem se dispunha a emigrar. Para os portugueses, em particular, o Brasil era a terra de eleição, para o que contribuíam a afinidade linguística, a similitude de costumes e até a existência de ligações familiares. A partida dos primeiros membros de uma comunidade ou família, tinha, por vezes, o efeito de arrastão, levando outros a seguir as mesmas pisadas, movidos pelo sentimento de partilha e identidade. A presença de parentes podia ser um importante fator impulsionador e de ligação entre a terra de partida e o lugar de destino, facilitando a integração dos recém-chegados na nova morada. Havia ainda outros fatores que estimulavam a partida dos mais desfavorecidos, nomeadamente as facilidades de pagamento das passagens, concedidas pelos proprietários dos navios, e as promessas dos engajadores ao serviço de diferentes entidades⁶.

O aliciamento de potenciais emigrantes preocupava as autoridades portuguesas, uma vez que o futuro quase paradisíaco que lhes era prometido pouco ou nada tinha a ver com a realidade. O desenvolvimento de redes de engajadores, que recorriam a diversos mecanismos propagandísticos e procuravam tirar proveito do isolamento e da ignorância das populações, verificou-se a partir de 1830, tendo como alvos prioritários os jovens do sexo masculino, fisicamente robustos, a quem propunham contratos de locação de trabalho. Acossados pela miséria e pelo desespero, muitos acabavam por aceitar as condições que lhes eram oferecidas. Muitas vezes, sem meios para sequer custear os gastos da viagem, empenhavam os seus parcos haveres ou gastavam os primeiros anos de trabalho no pagamento da dívida.

Além dos contratos duvidosos, os emigrantes tinham, ainda, de enfrentar uma demorada e penosa viagem e, chegados ao

destino, esperava-os um clima hostil, longas jornadas de trabalho, marcadas, frequentemente, pela violência⁷. Ao contrário do que sucedia com outros imigrantes, que chegavam ao Brasil protegidos por contratos que envolviam o governo brasileiro ou agentes de companhias colonizadoras, os portugueses faziam parte do que se pode designar de “expansão espontânea”, sem garantias contratuais que os protegesse⁸. Alexandre Herculano, nos seus Opúsculos, considera-a protagonizada por pobres, mas “não desvalidos⁹”.

Depois do Brasil, enquanto destinos de emigração, sucediam-se os Estados Unidos e a Argentina. Tratava-se, essencialmente, de emigração masculina, que teve implicações no papel e no estatuto da mulher portuguesa. Obrigada pelas circunstâncias, passou a ter uma vivência mais exposta, a gerir sozinha o património familiar, a cuidar da educação dos filhos, que, bem cedo, começavam a acompanhá-la nas lides do campo¹⁰. Todavia, sobretudo a partir da década de setenta de Oitocentos, aumenta o número de mulheres e de jovens com baixa instrução que também partem, o que parece relacionar-se com a emigração de famílias e não de apenas um elemento do agregado¹¹. Essa mudança pode significar a passagem da emigração individual a familiar e de temporária a definitiva.

Na segunda metade do século XIX, em diferentes fóruns, com a participação de parlamentares, intelectuais e políticos, a emigração foi tema de debate. Entre outras matérias, os intervenientes alertaram para as consequências nefastas que trazia para o país, reconheceram a necessidade de combater a emigração clandestina e apresentaram medidas concretas, que passavam, nomeadamente, pela alteração do regime de propriedade que, no caso particular do Minho, atenuasse a sua pulverização, e pela aplicação de medidas que dinamizassem a cultura da vinha¹². Se alguns insistiam na ideia de que a sangria de homens não era assim tão prejudicial, dado que saíam, essencialmente, trabalhadores sem qualquer formação, outros lastimavam a perda de artífices e trabalhadores qualificados. O concelho de Caminha, por exemplo, perdeu muitos pedreiros e estucadores, que foram exercer o ofício para a Galiza e para o Brasil¹³. Os jornais, que também não ficavam indiferentes ao fenómeno da emigração, denunciavam os prejuízos que provocava na agricultura e na indústria nacionais e lamentavam a perda de braços e de engenho que muita falta faziam ao país. A mesma imprensa também não se inibia de publicitar as condições desumanas, a falta de higiene e de alimentação adequada nos barcos que transportavam os emigrantes, bem como as doenças que neles alastravam e assumiam até proporções epidémicas¹⁴.

Nem todos os que emigravam para terras brasileiras voltavam à terra natal. Entre os que regressavam, havia alguns que, bafejados pela sorte, tinham granjeado fortuna e faziam questão de a ostentar, fosse através das casas apalaçadas que mandavam construir, dos legados que deixavam a instituições locais ou do financiamento dos seus momentos festivos. Desse modo, conseguiam perpetuar

o seu nome na história das terras de origem. Por detrás destas ações estavam, muitas vezes, preocupações de natureza salvífica e a pretensão de conseguirem o reconhecimento social. Alguns foram agraciados com títulos nobiliárquicos de visconde, barão ou marquês.

Mas, não sendo uma figura consensual, o “brasileiro” endinheirado era considerado por uns um investidor e um benfeitor, enquanto para outros não passava de um avarento¹⁵. Alexandre Herculano refere-se ao “brasileiro” nos termos seguintes:

“como viver com maior ou menor largueza e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre, e que, annos ílepois, voltou mais ou menos rico. Esta noção vulgar da palavra brasileiro não surgiu sem motivo entre o povo. É que milhares e milhares de factos lh'a gravaram no espirito. O mineiro do século passado converteu-se no brasileiro dos nossos dias¹⁶.”

Durante muito tempo, a historiografia rotulou os “brasileiros” de rudes e incultos, de portadores de hábitos boçais, próprios de novo-riquismo, que a literatura oitocentista satirizou e até perpetuou, como se pode observar em algumas personagens das novelas camilianas ou na obra de Júlio Dinis. Importa, no entanto, evitar as generalizações infundadas e preconceituosas, uma vez que muitos desses homens, ainda em terras brasileiras, além do sucesso alcançado na atividade a que se dedicavam, refinaram os seus hábitos, gostos e práticas, cuidaram a sua instrução e mantiveram uma vida social ativa, feita de jantares, festas, saraus e viagens.

É inegável o impacto que os “brasileiros” tiveram, em diferentes planos, nos dois lados do Atlântico. No Brasil, sobretudo à medida que chegam imigrantes mais qualificados, provenientes de outros países europeus, os “portugueses”, também conhecidos pela sua boçalidade, eram considerados os menos preparados e, por isso, eram-lhes entregues os trabalhos mais pesados.

Nos inícios do século XX, segundo o relatório de João Joaquim Salgado, o Visconde de Salgado, Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, outros povos “mais cultos têm tomado o nosso antigo lugar, expulsando lentamente a nossa antiga influencia”. Classificava a condição dos imigrantes lusos como “a mais inculta” e vai mais longe, quando informa que “existe em toda a parte, como máquina rude de trabalho; nas obras ferroviárias o pessoal superior é de outras origens, mas o “grosseiro trabalhador da estrada é português”¹⁷. Na sua ótica, o Brasil progredia, mas à custa de imigrados mais civilizados, que não dos portugueses, considerados incapazes de acompanhar esse movimento, por falta de educação¹⁸. Mas também havia exceções.

Domingos Rodrigues Alves, natural de uma freguesia do concelho de Ponte de Lima, partiu, em 1832, no Brigue *Rio Lima*, com apenas 13 anos de idade, para o Brasil, onde chegou 46 dias depois com 12 vinténs de prata¹⁹. Filho de Manuel Rodrigues Alves e Francisca Pereira, não se sabe se voltou a visitar a terra dos pais, antes de falecer em 1912.

No Rio de Janeiro, trabalhou para um comerciante português, na Rua da Quitanda. Mais tarde, em 1837, por motivos de saúde, foi para Guaratinguetá, no interior paulista, onde se dedicou à agricultura e à atividade comercial. Para os portugueses, o ambiente era aqui mais acolhedor do que no Rio de Janeiro. Mais tarde, incentivou dois dos seus irmãos, João Rodrigues Alves e Manuel Rodrigues Alves, a virem para junto de si.

Em 1843, Domingos Rodrigues Alves casou com Isabel Perpétua, que tinha apenas 14 anos de idade, pertencente a uma família bastante prestigiada, com tradição política e com ligações ao Visconde de Guaratinguetá, personalidade com posição de relevo na região e que terá grande influência na carreira política de Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Deste casamento houve 13 filhos. Francisco de Paula Rodrigues Alves, nascido em 1848, na Fazenda Pinheiro Velho, foi o terceiro. Estudou no Colégio Pedro II, um estabelecimento de elite, onde se evidenciou pelas altas classificações obtidas²⁰. Em 1866, ingressou em Direito, em São Paulo, numa instituição conhecida pela formação de políticos e de elites paulistas, onde os alunos estavam divididos entre liberais e conservadores. Rodrigues Alves integrava o grupo dos segundos, assumindo-se como defensor da monarquia. Entre os seus companheiros de curso, havia personalidades notáveis da história e da cultura do Brasil, como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco ou Afonso Pena.

Na Faculdade, também se destacou pela sua intensa atividade jornalística, colaborando em diferentes periódicos, como a *Imprensa Académica* e *Opinião Conservadora*. Nestes tempos, integrou a Burscherschaft, sociedade secreta, presente na Faculdade de Direito, e a Maçonaria.

Em 1870, concluiu a sua licenciatura e no ano seguinte assumiu o cargo de promotor na sua cidade natal, vindo a tornar-se deputado provincial de São Paulo. Casou com a sua prima direita, D. Ana Guilhermina de Oliveira Borges, neta do Visconde de Guaratinguetá. Além da ligação à magistratura, dedicou-se também, por influência familiar, à exploração de fazendas de café.

Apesar de, politicamente, se assumir como um conservador, Rodrigues Alves defendia algumas ideias que podemos classificar de vanguardistas. Em 1872, como deputado provincial, apresentou um projeto que defendia o ensino público, obrigatório e gratuito²¹. Dois anos mais tarde, apresentou a sua posição sobre a questão da escravatura, posicionando-se como um emancipacionista moderado²².

Em 1885, muda-se para o Rio de Janeiro, a fim de ocupar a cadeira de deputado na Câmara, onde teve uma presença discreta, sendo reeleito no biênio 1886-1887, continuando a não se evidenciar²³. Entretanto, liga-se à União Conservadora, ala dissidente do Partido Conservador. Em 1887, num período complicado, marcado por revoltas de escravos e por graves problemas sanitários, é nomeado presidente da província de São Paulo. Durante o seu mandato, sucederam-se os massacres, as fugas e as insurreições, tendo sido particularmente difícil o ano 1888, marcado por desordens e vários assassinatos.

Mas se falhou na atividade política, Rodrigues Alves destacou-se num campo, que começou a defender precocemente, no âmbito da sua atividade política, e que transformou numa causa: a saúde pública. O século XIX foi marcado por várias epidemias que até então se encontravam circunscritas a certos nichos territoriais, mas que acabaram por atingir uma dimensão global. Agora, a febre-amarela, a cólera e a varíola fazem-se sentir, quase em simultâneo, em diferentes continentes, para o que contribuiu a revolução dos transportes, que veio facilitar a circulação de pessoas e de mercadorias. Os imigrantes, que em grande número chegavam ao Brasil, transportavam consigo doenças, concorrendo, assim, para o agravamento do estado sanitário do país. Foi o caso dos italianos, que, em 1888, trouxeram consigo a varíola, que disseminaram pelo interior paulista.

No mesmo ano de 1888, Rodrigues Alves regressou ao lugar de deputado. Abolicionista assumido, votou favoravelmente a Lei Áurea, que determinou a abolição da escravatura, embora considerasse que a sua extinção deveria acontecer de forma gradual. Nesse mesmo ano, recebeu o título de conselheiro, concedido pela princesa Isabel, regente do Brasil.

Em 1889, sem que nada o fizesse prever, a República é implantada no Brasil, muito embora já se observasse um clima de insatisfação desde 1880. Apesar de o Partido Republicano existir desde 1870, consideram os historiadores que o expectável seria uma passagem gradual da monarquia para a República. A mudança abrupta pode ser explicada pelo descontentamento dos militares, que se agudizou com a Guerra do Paraguai e o abandono a que foram votados. Assim, a união entre militares descontentes e proprietários rurais, ex-senhores de escravos, a contestação dos fazendeiros de café, os elevados impostos e a desproporcionalidade da representação política das províncias ditaram o golpe militar que pôs fim à monarquia.

Rodrigues Alves, apesar de monárquico, foi convidado a colaborar com o novo regime. Em 1890, entra na Assembleia Nacional Constituinte. No ano seguinte, votada a Constituição, de inspiração norte-americana, está no Congresso, composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, da qual faz parte, integrando a Comissão das Finanças. Ainda nesse ano, o Presidente da República, Deodoro da Fonseca, dissolveu o Congresso, o

que motivou uma reação deste órgão e da Marinha, que resultou no bombardeamento da cidade do Rio de Janeiro. O Presidente Deodoro foi obrigado a renunciar ao cargo em novembro, sendo substituído pelo seu vice-presidente, Floriano Peixoto, que, durante o seu mandato, aproximou o regime republicano da ditadura. Aquele que ficou conhecido como o *Marechal de Ferro* nomeou Rodrigues Alves para o lugar de Ministro da Fazenda, com a incumbência de pôr em ordem as finanças do país²⁴.

O facto de Floriano Peixoto ter recusado o plano proposto pelos banqueiros ingleses da família Rothschild, que permitiria a recuperação da estabilidade financeira do país, levou a solicitar a demissão do governo. No ano seguinte, foi eleito senador por São Paulo, destacando-se pelas suas intervenções na área das Finanças.

No plano pessoal, o ano de 1891 foi particularmente difícil para Rodrigues Alves. Perdeu a esposa, na sequência do último parto, e uma filha, vitimada pelo tifo. Ficava, assim, com oito crianças ao seu cuidado, sendo que a mais nova tinha apenas alguns meses de idade. Apesar da sua intensa atividade política, não descurou a educação dos filhos.

Em 1894, foi reeleito para um mandato de nove anos no Senado²⁵. Na altura, o Brasil continuava a viver uma fase de grande instabilidade. Nesse ano, toma posse um novo presidente, Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da República do Brasil e o primeiro eleito pelo voto popular. Durante a sua presidência, Rodrigues Alves volta a assumir a pasta da Fazenda, abdicando, por isso, da sua cadeira de senador. Mas a situação do país agravou-se com a queda das exportações e o aumento das importações, faltando as divisas para saldar os compromissos externos. Por motivo de doença, Prudente de Moraes afasta-se da presidência, assumindo o cargo Manuel Vitorino, o seu vice-presidente, que retira Rodrigues Alves do Ministério da Fazenda. Quando Prudente de Moraes retoma as suas funções, Rodrigues Alves ocupa o seu lugar no Senado.

Em 1898, Campos Sales foi eleito Presidente da República. Antes de assumir o cargo, veio à Europa procurar apoio para solucionar a crise económica que o país atravessava. Com Campos Sales, inicia-se uma nova fase da política do Brasil, que se convencionou chamar de "Política dos Governadores", que consistia num acordo entre o presidente e os governadores dos Estados. Seriam admitidos apenas deputados de famílias ricas e tradicionais e em troca receberiam todo o apoio do presidente. Este sistema permitiu que as oligarquias estaduais se mantivessem no poder durante décadas. Na mesma altura, Rodrigues Alves foi porta-voz no Senado, onde defendeu Campos Sales, e, em 1899, estava já decidido que iria para São Paulo.

O Brasil continuava, então, a enfrentar graves problemas sanitários. Além da febre-amarela, grassava a peste bubónica, que se suspeitava ter sido trazida por imigrantes do Porto, uma vez que, na mesma altura, a epidemia atingia esta cidade do norte

de Portugal²⁶. Dadas as suas características urbanísticas, com ruas estreitas e insalubres, amontoados populacionais no centro da urbe, o Rio de Janeiro parecia ser o palco ideal para a propagação de todo o tipo de doenças, que prejudicavam a imagem externa do Brasil, até porque, ao lado, a Argentina aparecia pujante. Havia consciência de que, sem uma reforma sanitária, o país não evoluiria.

Em 1900, Rodrigues Alves foi eleito presidente de São Paulo, onde se destacou pelas decisões que procurou implementar, num tempo em que grassavam a febre-amarela e a peste bubônica, promovendo importantes obras públicas e de saneamento²⁷. Foi o responsável pela criação do Instituto Butantã. Procurou, igualmente, garantir mão-de-obra para a indústria cafeeira, através de medidas que visavam estimular a imigração. Tudo isto foi levado a cabo num clima de retração económica, ditada pela queda dos preços do café.

Em 1901, renunciou ao governo de São Paulo, que passou a ser liderado pelo seu vice-presidente, para se candidatar à presidência do Brasil, contando com o apoio de Campos Sales. Acabou por ser eleito com 592.039 votos, tornando-se o Presidente do Brasil mais votado até 1926²⁸. Assim, no dia 1 de março de 1902, o filho de um modesto imigrante português, natural de uma freguesia do concelho de Ponte de Lima, ascendia ao cargo de Presidente da República do Brasil. Entre os escolhidos para o seu governo, constavam as seguintes personalidades: Afonso Pena (vice-presidente); Barão do Rio Branco (Ministério do Exterior), Leopoldo Bolhões (Ministério da Fazenda), José Joaquim Seabra (Ministério do Interior e da Justiça), Lauro Muller (Ministério da Viação, Indústria e Obras Públicas), General Francisco de Paula Argolo (Ministério da Guerra), Almirante Júlio César de Noronha (Ministério da Marinha).

Apesar de não terem qualquer pasta, foram peças fundamentais no seu governo Francisco Pereira Passos, engenheiro de formação e com raízes aristocráticas, Oswaldo Cruz e Paulo de Frontin. Os dois primeiros tiveram um papel de relevo na reforma sanitária do Rio de Janeiro, enquanto Frontin se destacou na remodelação do porto e no plano de urbanização da cidade.

Depois do trabalho realizado pelos seus antecessores, centrado na pacificação do país e na estabilização financeira, Rodrigues Alves pôde dedicar mais atenção à política externa, pela mão do Barão do Rio Branco, mas também cuidar das condições de vida da cidade do Rio de Janeiro, o que implicava, entre outras medidas, erradicar a febre-amarela, tratar do seu plano urbanístico e melhorar o seu porto. Empenhou-se, ainda, na expansão da rede ferroviária, na promoção da imigração e na fixação dos imigrados nas zonas rurais.

O seu mandato começou por ser marcado pela fixação das fronteiras, através da realização de negociações, nas quais teve

um importante papel o Ministro do Exterior, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Dentre as questões pendentes a resolver, a mais urgente era a do Acre. Pelo Tratado dos Limites, assinado em 1867, esta região pertencia à Bolívia. No entanto, tinha sido ocupada pelos brasileiros com o consentimento do governo boliviano. Na disputa, alegava-se que se tratava de território descoberto, colonizado e dinamizado pelo Brasil, com o qual tinha contiguidade geográfica.

A disputa pelo Acre não tinha a ver propriamente com a definição das fronteiras, mas antes com a exploração da borracha. Acabou por acontecer uma rebelião, que levou à proclamação da República do Acre, que exigia a anexação do território ao Brasil, mas que foi controlada. Todavia, uma nova insurreição teve lugar, quando o governo da Bolívia arrendou, em 1901, esta região ao *Bolivian Syndicate of New York*, um cartel formado por capitalistas norte-americanos, com plenos poderes, que pretendiam explorá-la, ameaçando, assim, a soberania de vários países do norte da América Latina, entre os quais o Brasil. Em 1902, os brasileiros residentes na área organizaram um levantamento contra o poder boliviano. O conflito acabou por ficar solucionado com a assinatura do Tratado de Petrópolis, que previa a compra do território pelo Brasil, o que significava, afinal, a anexação do Acre. Como contrapartida, o Brasil teve de indemnizar o *Bolivian Syndicate of New York* e a comprometer-se na construção da ferrovia Madeira-Mamoré, para que fosse possível escoar a produção de borracha pelos portos de Manaus e Belém²⁹.

Pela via da diplomacia, também ficaram resolvidas as fronteiras com o Equador, o Peru, Colômbia e o Uruguai. Com o Peru, a situação revestiu alguma complexidade, tendo ocorrido alguns episódios de violência, mas o processo acabou por ficar concluído em 1904.

Ainda a nível da política externa, convirá destacar a concessão do cardinalato ao Brasil, em 1905, pelo Papa Pio X. Tratava-se, afinal, de uma vitória de Rodrigues Alves, alcançada na parte final do seu mandato. É de referir também a nomeação de Joaquim Nabuco como primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos³⁰. No que diz respeito à política financeira, procedeu-se à reforma do Tesouro e à reorganização do Banco do Brasil.

Mas a grande reforma de Rodrigues Alves aconteceu no Rio de Janeiro, a nível sanitário e urbanístico, cidade que, entretanto, se tinha tornado no centro político, administrativo e económico do país. Esta reforma deve ser enquadrada no propósito republicano de aproximação à Europa, levando a cabo as reformas realizadas no outro lado do Atlântico no século anterior. Simultaneamente, cumpriam-se dois objetivos: projetava-se a imagem do Brasil no exterior e alteravam-se os comportamentos anticivilizacionais que prendiam o país ao atraso e à doença. Por isso, médicos e sanitaristas, em nome da ciência e da civilização, mandaram

destruir casas, invadiram lares e ordenaram a vacinação compulsiva. Todavia, as tentativas de mudança esbarraram numa sociedade onde estavam muito arraigados valores e práticas tradicionais. Soma-se a isto o facto de estas reformas terem como palcos principais o Rio de Janeiro e São Paulo, as grandes urbes, enquanto o restante Brasil ficava excluído deste projeto de modernização e de investimento na saúde pública, o que lhes conferia um carácter elitista.

As mudanças projetadas por Rodrigues Alves, materializadas por Oswaldo Cruz e Pereira Passos, visavam três alvos: a cidade, o porto e a saúde pública. No entanto, as preocupações económicas também estavam presentes nas intervenções então preconizadas⁵¹. Os portos do Rio de Janeiro e de Santos, os dois mais importantes do Brasil, eram considerados focos disseminadores de epidemias, o que prejudicava a imagem e a economia brasileiras, que precisava de receber mão-de-obra e de exportar os seus produtos.

A situação era particularmente grave no Rio de Janeiro, que, ao mesmo tempo que ganhou importância como centro económico e financeiro do país, registou um significativo crescimento populacional. Imigrantes europeus, especialmente portugueses, espanhóis e italianos, bem como ex-escravos, acorriam, agora, à cidade em busca de trabalho, que encontravam na florescente indústria têxtil. Contudo, a pujança económica da urbe não era acompanhada por uma melhoria das condições de vida, pois boa parte da sua população vivia amontoada em habitações coletivas e sem condições de higiene, o que facilitava o aparecimento e a propagação de epidemias.

Ao tempo, o Rio de Janeiro era vista como uma cidade presa ao passado, com ruas e vielas do tempo colonial, onde eram frequentes surtos de febre-amarela e de varíola, que afastavam a mão-de-obra que Rodrigues Alves queria atrair, bem como os navios, que se recusavam a atracar no porto. No projeto de regeneração da cidade, foi importante o apoio de Pereira Passos, que ocupou o lugar de Prefeito do Distrito Federal, e de Oswaldo Cruz, como Diretor Geral da Saúde Pública.

Oswaldo Cruz, então a par dos estudos feitos na época, nomeadamente dos produzidos pelo cientista cubano Carlos Finlay, que identificou o mosquito como agente transmissor da febre-amarela, teve de enfrentar alguma resistência, inclusive da classe médica, que, apesar de aceitar a tese da transmissão, recusava a vacina. A febre-amarela tinha chegado ao continente americano na segunda metade do século XIX e, desde então, os verões do Rio de Janeiro revelavam-se mortíferos e a cidade era conhecida como o "túmulo dos estrangeiros"⁵². As descobertas de Walter Reed foram fundamentais para o sucesso da campanha de Oswaldo Cruz, que incluía a eliminação dos reservatórios abertos de água⁵³. Os avanços conseguidos na medicina, particularmente na área da bacteriologia, tiveram um importante papel no domínio

da higiene pública, considerada fundamental para o combate a certas enfermidades⁵⁴.

Nem sempre as medidas que visavam a salvaguarda da saúde pública colheram a compreensão e a aceitação dos destinatários, que, por vezes, as encaravam como manifestações de um poder autoritário, castrador e opressor, que afrontava os seus costumes e práticas e, inclusive, a sua privacidade. Existia, por conseguinte, um sentimento de exclusão, reforçado pelo facto de cientistas e políticos encararem a população como sendo inculta, analfabeta e rude⁵⁵. Havia quem defendesse que a febre-amarela devia ser combatida através de desinfeção dos solos, hipótese que chegou a receber o apoio de Rodrigues Alves, por ser uma medida que causava menos contestação. Porém, Oswaldo Cruz ameaçou demitir-se se o projeto de vacinação fosse alterado.

Entre as várias medidas levadas a cabo durante este período, e que geraram indignação popular, constam a destruição dos cortiços e das favelas para darem lugar à abertura de grandes ruas e avenidas. No entanto, também estava prevista a compensação dos populares que apanhassem ratos, considerados os principais responsáveis pela deflagração e propagação de doenças⁵⁶.

A peste bubónica não suscitava tanto receio como a febre-amarela, por ser menos letal. No entanto, Oswaldo Cruz tinha consciência de que a falta de condições sanitárias da cidade poderia conduzir à proliferação dos seus agentes e ao agravamento dos números da mortalidade. Em 1903, a peste bubónica atingiu o Brasil. No Rio de Janeiro, que, nesse ano, contava com cerca de 690 mil habitantes, a doença vitimou 360 pessoas. A polícia sanitária estava, agora, presente nas ruas, retirando o lixo e usando substâncias para matar os ratos. Estes procedimentos permitiram controlar a febre-amarela e as mortes por ela causadas forma diminuindo (de 5084 óbitos, em 1903, passou-se para 4, em 1908, já na presidência de Afonso Pena). Apesar do desgaste político causado pela ação das brigadas sanitárias, a batalha contra a febre-amarela tinha sido vencida. A peste bubónica também foi controlada. Por estes sucessos, apesar da contestação interna, Oswaldo Cruz e Rodrigues Alves foram reconhecidos internacionalmente⁵⁷.

Contudo, o mesmo não sucedeu com a varíola, o que levou à instituição da vacinação obrigatória, em 1904, após um surto epidémico. Já existia uma lei em vigor desde 1837, que previa a vacinação, mas que na prática não era aplicada. A nova lei de 31 de outubro de 1904 previa a imunização compulsória de crianças e adultos. Depois da primeira experiência com a febre - amarela, a população do Rio de Janeiro não estava disposta a ser novamente dominada pela violência nem entendia a aplicação da vacina, dado que esta consistia na inoculação, ou seja, na introdução no organismo dos agentes causadores da doença, algo que na época seria um contrassenso. Aliás, nem os médicos estavam de acordo

quanto à sua eficácia e ao método usado para obrigar homens e mulheres à vacinação.

A imposição da vacina antivariólica provocou uma autêntica rebelião. Durante três dias, o Rio de Janeiro ficou em estado de sítio, obrigando à intervenção dos militares para controlar a situação. A 14 de novembro de 1904, Rodrigues Alves ouviu as reivindicações dos revoltosos, que, entre outras reclamações, exigiam a demissão do Ministro da Justiça, o que não foi aceite. Esta revolta, em que houve invasão de casas e pessoas a serem vacinadas de forma coerciva, ficou conhecida como a *Revolta da Vacina* e saldou-se em 23 mortos e 90 feridos. A lei em causa acabou por ser revogada por Rodrigues Alves, em novembro de 1904.

A *Revolta da Vacina* pode ser explicada pelo facto de a população, sobretudo a mais pobre, se sentir excluída do processo de modernização, ser despejada das suas habitações e deslocada para os subúrbios e ver as suas casas devassadas e destruídas. A oposição ao governo procurou tirar partido do descontentamento e alguma imprensa também deu voz aos contestatários. Segundo algumas perspetivas, a *Revolta* seria um pretexto para uma revolução à escala nacional, que envolveria outros estados, como Baía e Pernambuco. A determinação evidenciada por Rodrigues Alves no controlo da rebelião e na punição dos seus responsáveis evitou que o movimento alastrasse a outras zonas do país.

Depois da pacificação política, alcançada por Prudente de Morais, e da estabilização económica, conseguida por Campos Sales, era preciso extirpar do Brasil a imagem de poço de epidemias e “destino sujo”³⁸. Importava desenvolver o comércio, captar mais mão-de-obra e, sobretudo, atrair capitais estrangeiros. Ao mesmo tempo, era necessário europeizar o Rio de Janeiro e transformá-la num cartão-de-visita, num espelho do Brasil moderno e republicano. A consecução destes objetivos requeria a revitalização de espaços e estruturas e a eliminação das epidemias, o principal obstáculo à internacionalização da cidade. Desse modo, era preciso combater a febre-amarela, a varíola e a peste bubónica, o que foi conseguido, pois as estatísticas mostram um recrudescimento destas enfermidades e o conseqüente sucesso das campanhas levadas a efeito³⁹.

Durante a governação de Rodrigues Alves, o porto da cidade é renovado e a “Cidade Maravilhosa” transforma-se num lugar cosmopolita. Com a participação de Lauro Muller, o seu ministro da Viação e Obras Públicas, foi organizada uma Comissão de Obras. Rasgaram-se novas ruas e avenidas, demoliram-se morros e investiu-se no fornecimento de água, na modernização da rede esgotos e no alargamento da iluminação pública⁴⁰. A construção da Avenida Central, inaugurada em 1905, gerou enorme resistência, pois houve necessidade de demolir várias habitações. Nela se concentraram hotéis, edificios públicos e importantes espaços comerciais. Como já foi referido, a remodelação urbana não foi

pacífica, mas, pelo contrário, levou à revolta da população, ao deitar abaixo as habitações mais modestas, pertencentes aos pobres, que se pretendia expulsar das áreas mais centrais.

A segunda parte do mandato de Rodrigues Alves foi mais complicada sob o ponto de vista financeiro, dado que coincidiu com a crise económica provocada pela superprodução de café, que levou à queda dos preços deste produto.

A sua governação chegou ao fim em 1906. Apoiava Bernardo de Campos para lhe suceder, mas acabou por ser eleito Afonso Pena. Depois de abandonar a presidência, regressou à sua Guaratinguetá, onde foi acompanhando a atuação do novo governo, recebendo os amigos, levando uma vida mais caseira e recatada.

Em 1907, já liberto de funções políticas, viajou com as filhas pela Europa. Tratou-se de uma viagem recreativa, mas também terapêutica, como era comum na época⁴¹. Numa carta dirigida a Afonso Pena, alude à viagem como uma oportunidade de descanso, mas também como uma ocasião para tratar do beribéri e para a sua filha Marieta recuperar dos efeitos da enxaqueca⁴².

No dia 22 de maio de 1907, a caminho da Inglaterra, a bordo do paquete *Aragon*, fez escala em Lisboa, que aproveitou para conhecer, visitando, de automóvel, vários sítios emblemáticos, como o Mosteiro dos Jerónimos e o Museu dos Coches. Na altura, segundo a imprensa da época, fez referência, com emoção, à terra de seu pai⁴³. A Câmara Municipal de Ponte de Lima, informada da sua chegada, fez-se representar na capital pelo Padre João Inácio de Araújo Lima, que deu conta à edilidade do interesse de Rodrigues Alves de, no regresso da viagem, visitar a terra onde nascera seu pai⁴⁴.

Em Londres, visitou museus e teatros, participou em reuniões e encontros sociais. Depois, foi até Paris, onde contactou com vários brasileiros. Na Suíça, excursionou por locais turísticos e, porque a sua saúde dava sinais de debilidade, passou algum tempo num sanatório. Em novembro, deixou Paris, fugindo ao frio e, em Londres, visitou as filhas. Em dezembro, partiu para Itália, onde passou o Natal. Na primavera, estava no sul de França, onde se encontrou com vários amigos. O périplo europeu prosseguiu por vários países europeus, incluindo a Alemanha, Áustria, Bélgica, Holanda e Bélgica. Em 30 de setembro, acompanhado pelas quatro filhas, parte para o Brasil.

Na viagem de regresso, conforme o prometido, parou em Portugal e aproveitou para conhecer várias localidades⁴⁵. Em Viana do Castelo, visitou o Hospital da Caridade. Trata-se de uma obra de assistência, que resultou da iniciativa de Pimenta Jarro, um “brasileiro” endinheirado, natural de Ponte de Lima, que, no século XVIII, decidiu fundar a Congregação da Caridade, destinada a idosos e entevados⁴⁶. Aí encontrou um antigo serviçal, João Pereira Velho Barreto, que, segundo os relatos da imprensa, deixaram Rodrigues Alves emocionado⁴⁷. Deslocou-se, depois,

a Ponte de Lima, na companhia do seu filho José e do cônsul do Brasil na cidade do Porto, onde foi recebido em apoteose pela população e pelas autoridades civis e eclesiásticas, nos Paços do Concelho. Na ocasião, foi elogiado pela obra levada a cabo no Rio de Janeiro⁴⁸. Durante a curta estadia, passou ainda pela Associação de Bombeiros Voluntários da vila e esteve na casa de João Rodrigues de Moraes, um “brasileiro” bem-sucedido⁴⁹. Devido ao mau tempo que se fazia sentir, não chegou a visitar a aldeia de naturalidade do seu pai, mas encontrou-se com os seus familiares⁵⁰. Nesse mesmo dia, partiu para a cidade do Porto. Foi a sua única grande viagem.

De novo no Brasil, o seu nome começou a ser falado para liderar o governo de São Paulo, cargo que assume em 1912. Teve, então, vários desafios pela frente. A começar pelo café que se encontrava armazenado em Nova Iorque, a servir de garantia para os empréstimos contraídos no âmbito do plano de valorização do Convênio Taubaté⁵¹. A situação foi resolvida com a venda desse produto. Durante o tempo em que esteve à frente dos destinos de São Paulo foi responsável pela execução de grandes obras públicas, como a construção da ponte sobre o rio Tietê, pela restauração da rodovia Caminho do Mar, pela modernização da polícia civil e pela criação da Faculdade de Medicina e de Cirurgia de São Paulo⁵². Cuidou, ainda, da higiene pública, preocupou-se com a instrução e com o desenvolvimento da agricultura, em particular do café.

Em 1913, por motivos de saúde, Rodrigues Alves abandona o governo de São Paulo, que fica entregue a Carlos Guimarães, até então o seu vice-presidente, mas volta em janeiro de 1915. O mandato de Rodrigues Alves terminou em 1916, regressando novamente a Guaratinguetá, sendo, ainda nessa altura, convidado para o Senado, como representante de São Paulo, lugar que abandonou quando o seu nome voltou a ser indicado para a presidência da República do Brasil. De facto, em 1918, voltou a ser eleito.

Neste ano, outro acontecimento trágico se abateu sobre a humanidade: a pneumónica. Este flagelo ceifou mais vidas do que o conflito bélico e ficou na história como uma das pandemias mais mortíferas⁵³. Rodrigues Alves, já bastante debilitado, também foi atingido pela doença e não tomou posse do cargo para que tinha sido eleito⁵⁴. Acabou por falecer a 16 de janeiro de 1919. Segundo a biografia de Afonso Arinos, pressentindo a morte, pediu que todos se retirassem dos seus aposentos, com exceção do seu filho Francisco e do seu amigo Álvaro de Carvalho, pedindo-lhes que fossem tomadas as providências necessárias para que fosse garantida a manutenção “da ordem pública e da normalidade institucional”⁵⁵. Para o seu lugar foi escolhido Eptácio Pessoa, chefe da delegação brasileira na Conferência de Versalhes.

É devida, finalmente, uma última palavra para a sua família, que teve uma intensa participação na vida política de São Paulo e do

Brasil, seguindo as pisadas de Rodrigues Alves, particularmente o seu filho José de Paula Rodrigues Alves, que foi embaixador. Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho exerceu funções de deputado federal e Óscar Rodrigues Alves participou na Assembleia Constituinte em 1934. No que diz respeito às suas filhas, Maria casou-se com Álvaro Augusto da Costa Carvalho, político de São Paulo, e Celina foi casada com Joaquim José Cardoso de Melo Neto, governador de São Paulo. Já o seu sobrinho neto Carlos Alberto Alves de Carvalho foi ministro da Fazenda no governo de João Goulart e senador nos finais dos anos 60 e nos anos 70 do século passado⁵⁶.

Por vezes, é necessário algum distanciamento para fazer uma avaliação mais objetiva dos acontecimentos, factos e personagens que marcaram a História. Rodrigues Alves foi um presidente contestado por vários quadrantes da sociedade brasileira, sobretudo pelas reformas sanitárias que levou a cabo no Rio de Janeiro. Todavia, hoje, apesar de continuar a ser uma figura controversa, reconhece-se que a sua ação contribuiu para o nascimento de uma nova cidade e um país em paz, com obras feitas e sem colocar em causa a estabilidade financeira.

1. A propósito da emigração das gentes do Alto Minho para o Brasil, leia-se Rodrigues, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.
2. Sobre as razões da atração que, ao longo do século XIX, os portugueses sentiam pelo Brasil como principal destino de emigração, leia-se Klein, Herbert S., "A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX", in *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, p. 242. Sobre as causas da emigração veja-se igualmente Cruz, Maria Antonieta, "Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil", in *Revista de História*, Porto, vol. 7, 1986/1987, pp. 12-13.
3. Sobre as causas da emigração rumo ao Brasil consulte-se Russell-Wood, A. J. R., "A emigração: fluxos e destinos", in Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 158-168.
4. Costa, Afonso, *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, pp. 151-152.
5. Barbosa, José, *Pela Grei. (Aspectos da nossa gente)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913, p. 36.
6. Sobre o desenvolvimento do engajamento leia-se Alves, Jorge Fernandes, "Perspectivas sobre a emigração - estudos locais e regionais", in *Actas das Segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal, 1998, pp. 413-424.
7. Costa, D. António, *No Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 222.
8. Costa, Afonso, *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, p. 89.
9. Herculano, Alexandre, *Opúsculos. Questões Publicas*, Lisboa, Tavares Cardoso&Irmão-Editores, 1907.
10. Segundo João de Pina Cabral, esta participação das mulheres na gestão dos campos não pode ser explicada apenas pela forte emigração masculina na região, dado ser anterior a este fenómeno. Consulte-se Cabral, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho", in *Análise Social*, vol. XX (80), 1984-1, pp. 97-113. Sobre o papel da mulher na economia da casa minhota consulte-se Durães, Margarida, "Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota, o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)", in *Cadernos do Noroeste*.

11. Costa, Afonso, *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração...*, pp. 83-84.
12. Salientamos igualmente a portaria de 19 de Agosto de 1842, que incide sobre a emigração ilegal. *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante*, Lisboa, pp. 321-322. Sobre a evolução legislativa acerca da emigração, consulte-se Rodrigues, Henrique, *Emigração e Emigrantes. Vale do Lima no século XIX*, Viana do Castelo, CER/Henrique Rodrigues, 2006, pp. 23-28.
13. Vieira, Augusto José, *O Minho Pittoresco, Tomo I*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira - Editor, 1866.
14. Sobre a imprensa do distrito de Viana do Castelo consulte-se Esteves, Alexandra, *Crimes e Criminosos*. Lisboa, Editorial Cáritas, 2015.
15. Costa, D. António, *No Minho...*, p. 273.
16. Herculano, Alexandre, *Opúsculos...*, p. 112.
17. Barbosa, José, *Pela Grei. (Aspectos da nossa gente)...*, p. 57.
18. Barbosa, José, *Pela Grei. (Aspectos da nossa gente)...*, p. 58.
19. Informação presente na biografia de Afonso Aires de Melo Franco, com base no caderno de notas de Francisco de Paula Rodrigues Alves. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001 p. 81.
20. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves", in Abreu, Alzira Alves de (Coord.), *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*, s.l., Fundação Getúlio Vargas, 2005.
21. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves"..., s.p.
22. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 123.
23. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 141.
24. Priore, Mary del; Venâncio, Renato Pinto, *O Livro de Ouro da História do Brasil. Do Descobrimento à Globalização*, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações, 2008, p. 272.
25. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 193.
26. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 257.
27. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 259.
28. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 280.
29. Sobre esta temática leia-se Albuquerque, Nedy Bianca Medeiros de, *A cavalo dado não se olham os dentes: O Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na imprensa (1890 a 1909)*, São Paulo, USP, 2015.
30. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves"..., s.p.
31. Sanglard, Gisele, "A Primeira República e a Constituição de uma rede Hospitalar no Distrito Federal" in Pôrto, Ângela; Sanglard, Gisele; Fonseca, Maria Rachel Frões da; Costa, Renato da Gama-Rosa (Orgs.), *História da Saúde no Rio de Janeiro. Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*, Rio de Janeiro, Editora Fio Cruz, 2008, p. 66. Sobre a vida e obra de Oswaldo Cruz consulte-se <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>, consultado no dia 10 de julho de 2019.
32. Confira-se Sevckenko, Nicolau, *A Revolta da Vacina. Mentis insanas em corpos rebeldes*, São Paulo, Cosac Naify, 2013, p. 63.
33. Ujvari, Stefan Cunha, Adoni, Tarso, *A História do Século XX pelas descobertas da Medicina*, São Paulo, Contexto, 2014, p. 24.
34. Rodríguez Ocaña, Esteban, *História de la Ciencia y de la técnica, Madrid*, Ediciones Akal, 1992, p. 42.
35. Korndorfer, Ana Paula, "É melhor prevenir do que curar". *A higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1895-1928)*, São Leopoldo, Oikos, Editora Unisinos, 2016, p. 46.
36. Leia-se Cury, Bruno da Silva Mussa, *Combatendo ratos, mosquitos e pessoas: Oswaldo Cruz e a Saúde Pública na reforma da capital do Brasil (1902-1904)*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
37. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 488.
38. Leia-se Sevckenko, Nicolau, *A Revolta da Vacina. Mentis insanas em corpos rebeldes...*, p. 59.
39. Benchimol, Jaime Larry, *Febre amarela. A doença e a vacina, uma história inacabada*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001, p. 55.
40. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves"..., s.p.
41. Sobre as viagens dos brasileiros à Europa consulte-se Esteves, Alexandra, "Portraits of lives: "Brazilians" traveling through Europe in the XIXth century", in *Travel, assistance, pilgrims and travelers (XVI-XX centuries)*, Vila Nova de Famalicão, ICS, Húmus, 2017, pp. 119-134.
42. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 182.
43. *Ilustração Portuguesa*, 3 de junho de 1907, n.º 67.
44. Arquivo Municipal de Ponte de Lima (doravante AMPL), "O Comércio do Lima", 6 de fevereiro de 1908, n.º 77.
45. AMPL, "O Comércio do Lima", 7 de novembro de 1908, n.º 117.
46. Sobre esta instituição consulte-se Esteves, Alexandra, "A dimensão religiosa da caridade: a criação e o funcionamento do Hospital da Caridade em Viana do Castelo (séculos XVIII-XIX)", in Serrano Martín, Eliseo; Gascón Pérez, Jesús (Eds.), *Poder, sociedad, religión y tolerancia en el mundo hispánico, de Fernando el Católico al siglo XVIII*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2018, pp. 1791-1806.
47. Esteves, Alexandra, "Presidente Francisco de Paula Alves", in d'Abreu, João Gomes (coord.), *Figuras Limianas*, Município de Ponte de Lima, 2008, pp. 249-250.
48. Magalhães, António de, "Dr. Rodrigues Alves", in *Almanaque Ilustrado de "O Comércio do Lima"*, Ponte de Lima, 1980, pp. 226-230.
49. *Aurora do Lima*, 30 de outubro de 1908, n.º 7908.
50. AMPL, "O Comércio do Lima", 31 de outubro de 1908, n.º 110.
51. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves"..., s.p.
52. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves"..., s.p.
53. Sobre esta epidemia leia-se Crosby, Alfred, *America's forgotten pandemic: the influenza of 1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. Philips, Howard; Killingley, David (Ed). *The Spanish influenza*

23. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 141.
24. Priore, Mary del; Venâncio, Renato Pinto, *O Livro de Ouro da História do Brasil. Do Descobrimento à Globalização*, Rio de Janeiro, Ediouro Publicações, 2008, p. 272.
25. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 193.
26. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 257.
27. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 259.
28. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 280.
29. Sobre esta temática leia-se Albuquerque, Nedy Bianca Medeiros de, *A cavalo dado não se olham os dentes: O Bolivian Syndicate e a Questão do Acre na imprensa (1890 a 1909)*, São Paulo, USP, 2015.
30. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves"..., s.p.
31. Sanglard, Gisele, "A Primeira República e a Constituição de uma rede Hospitalar no Distrito Federal" in Pôrto, Ângela; Sanglard, Gisele; Fonseca, Maria Rachel Frões da; Costa, Renato da Gama-Rosa (Orgs.), *História da Saúde no Rio de Janeiro. Instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)*, Rio de Janeiro, Editora Fio Cruz, 2008, p. 66. Sobre a vida e obra de Oswaldo Cruz consulte-se <https://portal.fiocruz.br/trajetoria-do-medico-dedicado-ciencia>, consultado no dia 10 de julho de 2019.
32. Confira-se Sevckenko, Nicolau, *A Revolta da Vacina. Mentis insanas em corpos rebeldes*, São Paulo, Cosac Naify, 2013, p. 63.
33. Ujvari, Stefan Cunha, Adoni, Tarso, *A História do Século XX pelas descobertas da Medicina*, São Paulo, Contexto, 2014, p. 24.
34. Rodríguez Ocaña, Esteban, *História de la Ciencia y de la técnica, Madrid*, Ediciones Akal, 1992, p. 42.
35. Korndorfer, Ana Paula, "É melhor prevenir do que curar". *A higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1895-1928)*, São Leopoldo, Oikos, Editora Unisinos, 2016, p. 46.
36. Leia-se Cury, Bruno da Silva Mussa, *Combatendo ratos, mosquitos e pessoas: Oswaldo Cruz e a Saúde Pública na reforma da capital do Brasil (1902-1904)*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
37. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 488.
38. Leia-se Sevckenko, Nicolau, *A Revolta da Vacina. Mentis insanas em corpos rebeldes...*, p. 59.
39. Benchimol, Jaime Larry, *Febre amarela. A doença e a vacina, uma história inacabada*, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2001, p. 55.
40. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves"..., s.p.
41. Sobre as viagens dos brasileiros à Europa consulte-se Esteves, Alexandra, "Portraits of lives: "Brazilians" traveling through Europe in the XIXth century", in *Travel, assistance, pilgrims and travelers (XVI-XX centuries)*, Vila Nova de Famalicão, ICS, Húmus, 2017, pp. 119-134.
42. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 182.
43. *Ilustração Portuguesa*, 3 de junho de 1907, n.º 67.
44. Arquivo Municipal de Ponte de Lima (doravante AMPL), "O Comércio do Lima", 6 de fevereiro de 1908, n.º 77.
45. AMPL, "O Comércio do Lima", 7 de novembro de 1908, n.º 117.
46. Sobre esta instituição consulte-se Esteves, Alexandra, "A dimensão religiosa da caridade: a criação e o funcionamento do Hospital da Caridade em Viana do Castelo (séculos XVIII-XIX)", in Serrano Martín, Eliseo; Gascón Pérez, Jesús (Eds.), *Poder, sociedad, religión y tolerancia en el mundo hispánico, de Fernando el Católico al siglo XVIII*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2018, pp. 1791-1806.
47. Esteves, Alexandra, "Presidente Francisco de Paula Alves", in d'Abreu, João Gomes (coord.), *Figuras Limianas*, Município de Ponte de Lima, 2008, pp. 249-250.
48. Magalhães, António de, "Dr. Rodrigues Alves", in *Almanaque Ilustrado de "O Comércio do Lima"*, Ponte de Lima, 1980, pp. 226-230.
49. *Aurora do Lima*, 30 de outubro de 1908, n.º 7908.
50. AMPL, "O Comércio do Lima", 31 de outubro de 1908, n.º 110.
51. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves"..., s.p.
52. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves"..., s.p.
53. Sobre esta epidemia leia-se Crosby, Alfred, *America's forgotten pandemic: the influenza of 1918*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. Philips, Howard; Killingley, David (Ed). *The Spanish influenza*

Notas

pandemic of 1918-19: new perspectives.

London: Routledge. 2003.

54. Fasto, Boris, *História do Brasil*, São Paulo, Edusp. Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

55. Franco, Afonso Aires de Melo, *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo...*, p. 498.

56. Lang, Alice Beatriz da Silva Gordo, "Rodrigues Alves" ..., s.p.

Ficha técnica

Homens, Instituições e Políticas (séculos XVI-XX)

Coordenação: Alexandra Esteves

Design Gráfico: Studio Maria João Macedo

Editado por: Lab2PT

Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação
Landscapes, Heritage and Territory Collection / Research

Impressão e acabamento: Sersilito

Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 978-989-8963-23-9

Depósito legal: 464547/19

Lab2PT

www.lab2pt.net

Instituto de Ciências Sociais

Universidade do Minho

Campus de Gualtar

4710-057 Braga

Escola de Arquitetura

Universidade do Minho

Campus de Azurém

4800-058 Guimarães

© 2019, Lab2PT e autores



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura

Esta iniciativa é financiada por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Lab2PT - Laboratório de Paisagens, Património e Paisagens, referência UID/AUR/04509/2019. / This work was financed by Portuguese funds through FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia in the framework of the project Lab2PT - Landscapes, Heritage and Territory laboratory - UID/AUR/04509/2019.

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

A Coleção Paisagens,
Património e Território
promove a publicação de
textos nas linhas Investigação,
Ensaios e Catálogos, sob
a chancela do Lab2PT
com objetivo de auxiliar
à circulação e divulgação
de produção científica de
excelência dentro das áreas
abrangidas pela unidade
de I&D – Arqueologia,
Arquitetura e Urbanismo,
Design, Geografia, Geologia,
História e Artes Visuais.

Esta obra apresenta os resultados de
projetos de investigação levados a cabo por
vários historiadores, no âmbito da História
Social, que, entre outras matérias, tratam
de políticas, instituições e atores sociais,
com um horizonte temporal que abarca
os períodos moderno e contemporâneo.